

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de outubro de um mil novecentos e noventa e nove, deu-se início a Sexagésima Quarta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a Presidência do Vice - Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (Fundação Fé e Alegria do Brasil). A abertura da Assembléia estava prevista para nove horas, porém por falta de quórum a mesma não pode ser instalada. Presentes no primeiro dia os conselheiros titulares: NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG); EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL (Ministério da Fazenda); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP); MARIA IZABEL DA SILVA (CUT); NELSON ÉDER DE SOUSA MODESTO (MNDH); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB); CHARLES ROBERTO PRANKE (AMENCAR). Presentes também os conselheiros suplentes governamentais que assumiram a titularidade nesta assembléia: RACHEL CUNHA (MTE) ; LUCIMAR COSER CANNON (MS) ; JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS (MRE) ; ANELLA OTATTI (MOG). Ausência justificada da suplente do MEC. Estiveram presentes somente no dia cinco de outubro, (segundo dia) os conselheiros suplentes OIGA CÂMARA (MJ); IVANILDO FRANZOSI (CASA CIVIL); os conselheiros titulares MARIA CRISTINA ALBUQUERQUE (MPAS) e NORMA RICARDONE SCHMIT (MINc) e RACHEL NISKIER (SBP). O Vice-Presidente abriu os trabalhos e em seguida as Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram para tratar de assuntos específicos pertinentes. Convém ressaltar, que no período da manhã, mesmo sem quórum os conselheiros presentes se reuniram nas suas devidas Comissões e Grupos de Trabalhos, para tratar das matérias afetas aos mesmos. Dando prosseguimento no segundo dia, o Vice-Presidente abriu os trabalhos submetendo a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada com emenda, para a inclusão da avaliação sobre o cancelamento da Assembléia Extraordinária no Estado de Tocantins. Os demais pontos foram aprovados como segue: I - Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Sexagésima Terceira Assembléia Ordinária / Ampliada do CONANDA. A Ata da Sexagésima Assembléia /Ampliada do CONANDA foi aprovada com correções pertinentes. II - Encaminhamentos das pendências da assembléia anterior. Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências, de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes, foram transferidos para novas proposições nas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho . III - Relato das Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho e propostas de encaminhamentos - a) Comissão Organizadora da III Conferência Nacional. O conselheiro Normando fez o relato dos trabalhos da Comissão ressaltando os seguintes pontos: 1 - Reafirmado o Colégio Militar de Brasília para a realização da Conferência; 2 - Efetivada a alteração do QDD para assinatura de convênio com o Centro Social Cantinho do Girassol; 3 - Apresentação da carta do MNMMR/Comissão Estadual de São Paulo, solicitando que seja considerado oficial o documento da Conferência com as crianças e adolescentes , realizada pelo Movimento, bem como patrocínio para hospedagem, transporte e alimentação de cinquenta crianças e adolescentes participarem da Conferência Nacional, com direito a voz. A conselheira Maria Stela, esclareceu que em São Paulo foi realizada a Conferência Lúdica com crianças e adolescentes onde foram escolhidos os delegados para a participação da Conferência Municipal. Caso sejam escolhidos participarão do processo para a escolha dos delegados das Conferências Estadual e Nacional. Ressaltou que os escolhidos estarão inclusos na quota de delegados de São Paulo. A conselheira Maria Izabel, informou que este assunto já havia sido discutido no CONDECA e que a Conferência proposta pelo MNMMR / SP somente será realizada no dia cinco de novembro, portanto posterior à Conferência Estadual e que o CONANDA já havia definido que as crianças e adolescentes deveriam participar de todo o processo das Conferências Municipal Estadual e Nacional, o que não foi considerado. A conselheira Rachel Niskier, enfocou a questão do precedente, ressaltando, que se abrir espaço para São Paulo, como fica a situação dos outros

estados que desejarem fazê-lo?. O conselheiro Normando Batista Santos, defendeu assegurar uma quota para crianças e adolescentes, desde que os mesmos participem de todo o processo proposto para a realização das Conferências. Os conselheiros Joacir Della Giustina e Lucimar Cannon, ponderaram que a metodologia da Conferência Nacional não está preparada para a participação de crianças e adolescentes, caso se efetive essa quota, será necessário mudar a metodologia do evento. Após o debate e as ponderações apresentadas, foi aprovado pela plenária, informar à Comissão Estadual do MNMMR - SP sobre a impossibilidade do atendimento do pedido, esclarecendo sobre o processo pedagógico dessa participação; 4 - O conselheiro Charles Pranke, informou sobre ofício recebido do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, reivindicando a inclusão da Defensoria Pública na relação dos convidados especiais para a III Conferência Nacional, tendo sido deliberado o envio de correspondência à todos os CEDCA's, comunicando a inclusão da Defensoria Pública na relação dos convidados especiais; 5 - Editar as resoluções do CONANDA, para serem colocadas nas pastas dos participantes da III Conferência Nacional; 6 - O conselheiro Charles Pranke, apresentou ainda, a relação dos painelistas, tendo a mesma sido aprovada de acordo com a indicação dos conselheiros, como segue: Conferência Magna - Dr. Leonardo Boff ou Dom Luciano Mendes; Plenárias Temáticas: Educação 1) Carlos Augusto Abicalil ou Sérgio Hadad (não governamental) e Sônia Moreira - (governamental) - Saúde - Deoclecio Campos (não governamental), governamental ainda não foi indicado - Cultura, Esporte e Lazer - Milton Santos, ou - Adriano Suassuna (não governamental) e Roberto Martins (governamental); Trabalho e Emprego - Rudá Ritti (não governamental) e Milda Morais (governamental); Previdência e Assistência Social - Aldaiza Sposati (não governamental) ou Lígia Gomes e Álvaro Gomes Machado (governamental); Justiça e Segurança Pública Valéria Getúlio (não governamental) ou Romero Andrade e Olga Câmara (governamental) ou Olympio de Sá Sotto Maior. A conselheira Olga Câmara, informou que a indicação do Ministério da Justiça para o painel de Políticas Públicas de Assistência Social é para a Secretária de Assistência Social Wanda Engel. A Secretaria Executiva ficou incumbida de efetuar os convites aos painelistas. Foram ainda aprovadas as seguintes coordenações para os trabalhos durante a Conferência Nacional: 1) Regimento Interno: Maria Izabel; 2) Painéis: Educação- Normando Batista; Saúde - Rachel Niskier; Previdência e Assistência Social -Kênia Augusta ; Justiça e Segurança Pública - Eurídice Vidigal; Trabalho e Emprego - Rachel Cunha; Cultura, Esporte e Lazer - Norma Ricaldone; 3 - Plenária Final: Cláudio Augusto, Júlio Boaventura e Lucimar Cannon; 4 - Mídia - Cláudio Augusto, Maria Stela Graciani e José Fernando, podendo ser acrescido de outros conselheiros. Foram ainda deliberados: 1 - Realização de dois debates no período noturno para discutir o Anteprojeto de Lei das Medidas Sócio Educativas, tendo como debatedores Dr. Amaral e Dr. Gercino Gerson e as Convenções Internacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente; 2 - Convite ao Presidente do Supremo Tribunal Federal; 3 - Indicação dos debatedores sobre as Convenções Internacionais pela conselheira Olga Câmara. b) Comissão de Orçamento e Finanças - O coordenador da Comissão Charles Pranke, fez o relato dos trabalhos enfocando os seguintes pontos: 1 - mudança de QDD para a realização da III Conferência; 2 - No orçamento do ano 2.000 não consta explicitado recursos para manutenção do Conselho; 3 - O Quadro de Detalhamento de Despesas do FNCA para o ano 2.000, contempla os projetos/atividades de manutenção de unidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes Fonte 150 - valor R\$ 300.000,00 e projetos/atividades de assistência sócio educativa ao adolescente em conflito com a lei - valor R\$ 3.548.000,00. O Vice-Presidente solicitou à Comissão a elaboração de documento sobre emendas para os recursos do FNCA, para que Dr. Marcelo encaminhe ao Congresso Nacional. Informou ainda, que a Secretaria de Estado de Assistência Social não respondeu ao pedido sobre os recursos do BCC, para que o CONANDA possa responder ao CMAS / Curitiba - PR. A técnica do DCA Eliana, ficou de fazer levantamento de documento semelhante elaborado pelo CEDCA/DF, objetivando subsidiar o parecer da Comissão ; c) Comissão de Políticas Públicas - A assessora do DCA na Comissão - Ana Luiza, fez o relato dos trabalhos, tendo sido aprovado os seguintes encaminhamentos: 1º - Enviar correspondência ao Comunidade Solidária, acusando o recebimento do

ofício do CMDCA de Sombrio-SC, solicitando informações sobre recursos para atendimento de crianças desnutridas; 2º - Enviar ofício ao CMDCA/Sombrio, acusando o recebimento do ofício e informando que o FNCA não dispõe de recursos para esse fim, bem como informar que os encaminhamentos devem sempre respeitar as instâncias previstas pelo Estatuto e sugerindo que o município intensifique sua campanha de arrecadação de recursos em favor do Fundo Municipal; 3º - Enviar ofício ao Deputado Federal José Aldo Rebelo, acusando o recebimento do ofício sobre denúncias de transferências para o exterior de jogadores de futebol menores de dezoito anos, ferindo os artigos 60 à 69 e 84 do Estatuto e as penalidades previstas no artigo 239; 4º - Enviar ofício à Confederação Brasileira de Futebol/CBF, solicitando informações sobre : número de jogadores menores de dezoito anos que foram transferidos para o exterior desde mil novecentos e noventa e cinco; quais os procedimentos legais exigidos; cópia da exposição de motivos que levaram a CBF proibir transferências para o exterior; cópia da resolução da diretoria de vinte e nove de julho de mil e novecentos e noventa e nove; existência de regulamentação sobre escolhinhas de futebol; 5º - Solicitar aos Ministérios da Educação, saúde e Secretaria Nacional Antidrogas, informação se há estudos sobre teste antidrogas nas escolas; 6º - Solicitar ao Conselhos estaduais, informações sobre a existência de Boletim de Ocorrências nas escolas. 7º - Solicitar ao CEDCA/DF, informações de há detectores de metais nas escolas do Distrito Federal; 8º - Promover reunião com o Procurador Geral de Justiça de São Paulo, no dia vinte e nove de outubro , para tratar sobre Boletim de Ocorrências nas escolas de São Paulo; 9º - Devolver o relatório da ONU ao Ministério das Relações Exteriores, sugerindo consulta ao órgão responsável, sobre qual roteiro o relatório deve seguir e também, a contratação de técnicos qualificados para dar a redação final e formatação adequada ao documento, nos moldes aprovados pelo CONANDA. C) Comissão de Comunicação - O coordenador da Comissão, José Fernando, fez o relato dos trabalhos, tendo sido deliberado os seguintes encaminhamentos: 1º - Contratação dos serviços de dois jornalistas da ANDI, em tempo integral, para cobertura da Conferência; 2º - Elaboração pelas Comissões, GT's, DCA e Ministérios , roteiros com informações quantitativas para subsidiar os trabalhos dos jornalistas; 3º - Solicitação de mala direta aos órgãos/entidades, para o envio do FAX DIREITO; 4º - Solicitação à Coordenação Geral de Modernização e Informática - CGMI, a deleção da "HOME PAGE" do CONANDA na estrutura do Ministério e atualizar a da estrutura da SEDH; 5º - Enviar correspondências às revistas Veja e Época e Rede Globo, com cópia ao Boticário e aos CEDCA's, sobre o anúncio da Empresa "O Boticário", que segundo denúncias ao CONANDA explora a imagem de uma criança; 6º - Enviar ofício aos CEDCA's, reiterando a adesão à Campanha de Comemoração dos Dez Anos da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com a SAVE THE CHILDREN e encaminhamento de modelo de relatório de acompanhamento da Campanha. 7 - Apresentar por escrito emendas ao Regimento Interno do CONANDA, antes da próxima plenária. O coordenador da Comissão informou ainda, sobre o recebimento de correspondência do CEDCA/AM, solicitando maior contato entre o CONANDA e os CEDCA's e sugerindo investimentos federais para informatização dos Conselhos, campanha de mídia sobre exploração sexual, trabalho infantil , arrecadação de fundos, bem como divulgação do processo de municipalização e discussão sobre as medidas de proteção, para maior compreensão dos conselheiros e da sociedade .A Proposta de ofício respondendo ao CEDCA/AM foi aprovada pela plenária do CONANDA. d) Grupo de Trabalho sobre Medidas Sócio-Educativas - A coordenadora do GT Maria Stela Graciani, fez o relato dos trabalhos, informando que os projetos sobre medidas sócio-educativas dos Estados do Espírito Santo e Amazonas foram enviados no prazo previsto, porém extravaiados, chegando ao CONANDA fora do prazo previsto. Os mesmos foram analisados pela Comissão, sendo que o projeto do Amazonas não atendeu aos critérios propostos e o projeto do Espírito Santo atendeu cinquenta por cento dos critérios propostos. A conselheira Olga Câmara, ressaltou sobre a necessidade do Conselho estar atento aos projetos de capacitação, tendo em vista altos investimentos para poucos resultados, declarando-se preocupada com a qualidade das capacitações realizadas. Quanto a questão do financiamento ao projeto do Espírito Santo, a conselheira

informou sobre a situação caótica do atendimento ao infrator naquele estado, constatado pelo DCA em visita "in loco". Mediante esta situação, ficou deliberado a decisão do financiamento àquele estado, somente depois da visita dos conselheiros do CONANDA à unidade de atendimento ao adolescente em cumprimento das medidas sócio educativas. Foi deliberado ainda, a revisão de alguns projetos melhores classificados, tendo em vista o equívoco do projeto do Estado Piauí na classificação das despesas, cujos recursos estavam alocados em construção ao invés de equipamentação e capacitação conforme correspondência recebida daquele estado, ficando a construção só para o próximo ano. Foi deliberado ainda, os seguintes encaminhamentos: 1º - Prorrogar o prazo para coleta de assinaturas contra o rebaixamento da penal; 2º - Solicitar aos Conselhos de Direitos Estaduais, Distrital e Municipais, para que enviem moção de apoio ao Presidente do CONANDA pela defesa da manutenção da idade penal aos 18 anos; 3º - Encaminhamento de matéria aos diferentes órgãos de imprensa, CEDCA's e Folha de São Paulo, contendo considerações e proposições do CONANDA sobre o AnteProjeto de Lei de Execução de Medidas Sócio -Educativas, juntamente com o texto do Dr. Gercino Gerson Gomes Neto; 3 - Enviar carta à revista Época, abordando a entrevista do Ministro da Justiça, onde o jornalista tenta induzir os leitores a uma visão distorcida do Estatuto, tentando confundir impunidade com imputabilidade penal; 4º - Aprovação de nova agenda para visita às Unidades de atendimento. Rio de Janeiro - dezanove de novembro; Espírito Santo - vinte e oito de outubro; São Paulo - vinte e nove de outubro, Distrito Federal - onze de novembro e Minas Gerais- dezoito de novembro. e) Grupo de Trabalho sobre Conselhos Tutelares - O coordenador do GT, Normando Batista, fez o relato dos trabalhos, informando sobre a efetivação dos preparativos dos Encontros Regionais de Articulação do CONANDA com os Conselhos Tutelares das Regiões Sul e Sudeste, tais como assinatura de convênio entre o Ministério da Justiça/DCA e a Fundação Fé e Alegria do Brasil, para execução dos Encontros; reservas de hospedagens; envio de convites aos Conselhos Estaduais, Justiça da Infância e da Juventude, Promotorias da Infância e Juventude e Centros de Defesa, bem como o envio da programação. Os conselheiros Cláudio Augusto, Rachel Niskier, Maria Izabel, Normando Batista, Charles Pranke e José Fernando, irão participar do Encontro da Região Sudeste - Rio de Janeiro e os conselheiros Charles, Normando, Joacir e Nelson, participarão da Região Sul - Florianópolis. Foi deliberado ainda: 1º - Envio de correspondência aos Ministérios com assento no CONANDA, solicitando a participação dos conselheiros governamentais nos eventos, devendo os mesmos informarem à Secretaria Executiva do CONANDA a sua participação; 2º - Convite à ex-conselheira Mione Apolinário e a conselheira suplente Elaine Paes e Lima, para participarem dos Encontros em seus respectivos Estados; 3º - Convite à Helena Silva, para expor a pesquisa do IBAM; 4º - Convite ao Luigui Bataglia, para expor sobre o SIPIA em substituição a coordenadora nacional do SIPIA Silvia Arruda, que por problemas particulares não poderá estar presente; 5º - Correspondência recebida do Ministério Público de Salvador - aguardar o resultado do processo em andamento; 6 - Correspondência do Conselho Tutelar de Munir Freire, sobre seleção de conselheiro. O conselheiro Nelson Éder fará o parecer e o apresentará na próxima plenária; 7 - Reiterar novamente correspondência aos CEDCA's que ainda não enviaram seus relatórios sobre a situação do SIPIA; 8º - Denúncia sobre Prostituição Infantil em Caxias do Maranhão - realizar Audiência Pública no dia 13 de novembro, mobilizando a Imprensa, Procuradoria de Justiça, Conselho Estadual, Frente Parlamentar, OAB, Fórum Contra a Exploração Infantil, Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, MNDH, CDH/Maranhão e outras autoridades. O Vice-Presidente e a conselheira Olga Câmara, representarão o CONANDA; 9 - Informar ao CEDCA/AL, que na próxima plenária será definido a data de Audiência Pública sobre as Denúncias de Prostituição Infantil na cidade de Porto Calvo-AL. ITEM III - Deliberação da Proposta Apresentada pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos Substituto, objetivando a modernização gerencial do processo de execução orçamentária e financeira para o exercício do ano 2.000. Prosseguindo os trabalhos, o Vice-Presidente passou a palavra ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos - Substituto, Dr. Marcelo Estevão, que após os cumprimentos iniciais ressaltou que a sua presença na plenária tem como objetivo a

continuidade dos assuntos discutidos na assembléia anterior, ou seja, a proposta de modernização gerencial do processo de execução orçamentária/financeira para o ano 2.000. Foi dado ênfase aos pontos que seguem: 1) Informes sobre a assinatura dos Decretos pelo Presidente da República, criando a Comissão Central de Adoção e regulamentando a profissão de Agente de Saúde; 2 - Deliberação pelo Presidente da República para ratificar a Convenção 138 da OIT, no dia doze de outubro de mil novecentos e noventa e nove; 3 - Posição do Ministro da Justiça na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, de não pactuar com a ideia de redução da idade penal, enquanto instrumento de estratégia de redução da violência. Salientou, que o ministro até admite discutir o assunto sobre outros ângulos, mas jamais sobre o ângulo de que o rebaixamento da idade penal seja instrumento fundamental para a redução da violência. 4) Cobranças pelos Deputados da Frente Parlamentar sobre a não execução orçamentária do Fundo Nacional, pelo CONANDA; 5 - Cumprimentos à CNBB, pela Campanha Contra a Violência Familiar; 6) Preocupação quanto a Continuidade dos problemas da FEBEM/SP, e a importância da Mídia na divulgação dos acontecimentos; 7 - Importância de Banco de Projetos do CONANDA, da incorporação dos Projetos do CONANDA à Fundação Banco do Brasil para a execução dos convênios e da unificação das Unidades Gestoras, objetivando a melhoria da Secretaria Executiva; 8 - Compromisso da SEDH em negociar junto aos órgãos competentes, para manter o orçamento do CONANDA para o ano 2.000, procurando eliminar as dificuldades e os entraves decorrentes. O Vice-Presidente abriu o debate, tendo sido focado pelos conselheiros pontos importantes como: 1) O conselheiro Normando, solicitou a inclusão da demanda reprimida no orçamento 2.000; 2) O conselheiro Charles, falou dos compromissos anteriores do Dr. José Gregori, para manter os mesmos valores da fonte do tesouro deste exercício para o exercício seguinte, porém estes recursos não foram localizados no quadro de ações do Fundo, nem os recursos para manutenção do CONANDA; 3) O conselheiro José Fernando, abordou sobre o atraso na execução dos recursos em função de condições efetivas para iniciar as atividades do Conselho neste exercício e em decorrência do pedido de prorrogação pelo FONACRIAD, para o envio dos projetos sobre as Medidas Sócio - Educativas. Informou que o Conselho deliberou visita às Unidades da FEBEM, porém por problemas de agenda não foi efetivada. Quanto a questão da mídia, o conselheiro acha que afirmar que está tudo bem é temeroso, tendo em vista a matéria da revista Época, emitindo opinião sobre o adolescente autor de Ato Infracional, sendo ela um veículo formador de opinião, bem como as matérias publicitárias das revistas Veja e Época, envolvendo crianças em publicidade do Boticário; 4) Caso FEBEM-SP - conselheira Maria Izabel, disse achar-se incomodada com a situação, fazendo uma retrospectiva das propostas apresentadas ao governo de São Paulo, pelos diversos órgão envolvidos com a problemática, sugerindo alternativas de solução dos problemas da FEBEM, desde mil novecentos e noventa e seis, sem obterem respostas. Falou sobre a proposta de terceirização do atendimento à crianças e adolescentes, se posicionando contrária a isso. Para a conselheira, não basta descentralizar, é necessário rever os procedimentos metodológicos, a questão da capacitação dos atores envolvidos e a necessidade de todos os convênios serem deliberados pelo CONDECA. Falou ainda, sobre a questão dos funcionários da FEBEM, alegando ser simplista atribuir à eles a culpa das rebeliões e que a proposta da CUT e do Sindicato da Categoria é absolutamente contrária a qualquer tipo de violência e de massacre. Ponderou que há bons e maus funcionários, porém o sindicato não defende esse tipo de ação. Quanto a carga horária, salientou que o efetivo funcional vem trabalhando vinte e quatro horas por dia, sob tensão, sendo as Unidades consideradas "barris de pólvora" e "tubilhões". Ressaltou que se os funcionários não fizerem horas - extras reduzirá em cinquenta por cento o número do efetivo das Unidades. A conselheira Maria Stela Graciani, complementou a fala da conselheira, pontuando que já foram feitas todas as gestões possíveis junto aos governantes de São Paulo, sem resultados. Mudou-se o Presidente da FEBEM, mas não mudou a visão do problema. Para ela, não há clareza pelos dirigentes, sobre as propostas do Estatuto para as Unidades da FEBEM, apesar do financiamento já feito pelo Ministério da Justiça / DCA. NO caso da FEBEM / SP, ao invés de avanços, a situação está se retroagindo nas questões do Estatuto, não havendo empenho por parte do Ministério Público e da

Justiça da Infância e da Juventude para mudar essa situação. A conselheira Olga Câmara, enfatizou sobre a situação de muitos adolescentes que estão na FEBEM, por cometerem apenas furtos simples, estando os mesmos juntos com adolescentes que cometeram homicídios, considerando isto aviltante. Para ela, o Estado não deseja cooperação técnica, mas somente cooperação financeira. Para a conselheira, há necessidade de traçar diretrizes deixando claro a punição de Juizes, Promotores e Dirigentes de Fundações que não cumprirem seu papel. Quanto a questão do Planejamento Plurianual - PPA, enfatizou que é um exercício novo, por isso há necessidade de levar aos planejadores a questão da criança e do adolescente. Sugeriu também a viabilidade de encontro do CONANDA com o Conselho de Contabilidade. No que tange aos recursos, Dr. Marcelo informou sobre a inviabilidade de solicitar complementação para este exercício, enquanto o Conselho não executar os recursos que já foram liberados. Agradeceu à todos, pedindo para que o Conselho não perca o eixo das discussões, que é deliberar ao que foi proposto, ou seja, o aperfeiçoamento administrativo do Conselho. O Vice-Presidente informou, que o Conselho está de acordo com a proposta da SEDH, bem como agradeceu em nome do CONANDA a sua participação na plenária. ITEM IV - Apresentação das Diretrizes para uma Política Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil - Estiveram presentes para apresentar o documento sobre Diretrizes para a Formulação de Uma Política Nacional de Combate ao trabalho Infantil, Soleny Hamú - Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Elizeu Calsing - Autor do documento e componentes da coordenação colegiada do Fórum . A Secretária Executiva teceu algumas considerações sobre o documento, enfatizando que o mesmo foi elaborado para atender a uma discussão iniciada no âmbito do Fórum durante a Oficina de Planejamento Estratégico, onde participaram diversos seguimentos, como de trabalhadores, empregadores, governo federal, organizações não governamentais, Organização Internacional do Trabalho - OIT e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Como encaminhamento está previsto a realização de um Seminário Nacional com a participação dos Fóruns Regionais e o CONANDA. O autor do documento Elizeu Calsing, cumprimentou à todos informando que o documento foi elaborado de acordo com os eixos temáticos propostos e que o mesmo foi elaborado a partir das contribuições dos participantes. Os eixos temáticos são: 1- Integração e Sistematização de dados sobre o trabalho infantil; 2- Análise arcabouço jurídico relativo ao trabalho infantil -juvenil; 3- Promoção da articulação institucional quadripartite (governo, organizações de trabalhadores e de empregadores não governamentais); 4- Garantia de uma escola de qualidade para todas as crianças e adolescentes; 5- Implementação dos efetivos controle e fiscalização do trabalho infantil ; 6- Melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável. A partir desses seis eixos básicos, integrados e complementares entre si quanto às suas linhas de ação, O Fórum Nacional pretende que seja estruturada uma política nacional que proteja a criança e o adolescente contra os riscos e a exploração de seu trabalho. O Vice - Presidente abriu o debate, onde foram apresentados várias sugestões para enriquecimento do documento, como segue: 1) o conselheiro Charles Pranke, elogiou o documento e sugeriu que fosse incorporado ao mesmo as Resoluções nº quarenta e dois e quarenta e três do CONANDA e enfocado o Protocolo de Intenções do Governo Federal sobre o trabalho infantil, envolvendo cinco ministérios; 2) A conselheira Maria Izabel parabenizou o Fórum e ao Elizeu, pela elaboração do documento, alegando que o mesmo representa o pensamento dos que também estão fora do Fórum e que o referido documento foi objeto de discussão na Comissão de Políticas Públicas, tendo sido sugerido: a) Acrescentar no eixo quatro " Educação Pública de qualidade - um direito de todos". No arcabouço jurídico acrescentar a) Tipificação de mão de obra infantil como crime; b) a não participação de empresas governamentais e não governamentais que utilizam trabalho infantil em processos licitatórios; c) não liberação de recursos à ONG's que utilizam mão de obra infantil; d) incluir ações que não sejam emergenciais; 3 - para Maria Stela, há falta de compromisso político por parte das Universidades para trabalharem nesse tema transversal; 4) A conselheira Rachel Cunha, ressaltou a importância da reunião, tendo em vista a reaproximação do CONANDA no Fórum, a fim de conjugarem esforços na mesma direção. Informou que os pareceres

sobre a idade mínima (Convenção 138) e as piores formas de trabalho (Nova Convenção 182), já estão prontas e deverão ser encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores ; 5) A conselheira Maria Izabel, apresentou os encaminhamentos da Comissão de Políticas Públicas, como contribuição ao documento, de acordo com o que segue: 1) solicitar do Fórum nacional as contribuições que chegaram até o dia trinta de setembro, conforme o combinado na reunião do mesmo; 2) trazer para esta comissão a elaboração técnica / metodológica para que o documento seja transformado em diretrizes deste Conselho, além de contribuir com encaminhamentos de divulgação e mobilização para a implantação da mesma; 3) solicitar um representante do Secretário do Fórum para esta comissão. O conselheiro José Fernando, sugeriu remeter o documento à todos os Conselhos Estaduais, bem como convidar os CEDCA's para o Seminário Nacional. A Secretária Executiva - Soleny , informou que todos as sugestões apresentadas serão discutidas na próxima reunião de coordenação do Fórum. A conselheira Maria Cristina, comunicou que serão incorporados duzentos e cinquenta milhões de dolares do Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID, ao PPA do MPAS para o ano 2.000, para que o ministério possa atuar emergencialmente nas piores formas do trabalho infantil. O conselheiro Normando, elogiou o trabalho do Fórum Nacional, mas lembrou que o papel de deliberação das políticas públicas para crianças e adolescentes é competência do CONANDA. Em função disso recomendou que o Seminário fosse realizado em conjunto e sob coordenação do CONANDA. O Vice-Presidente agradeceu em nome do CONANDA as presenças de Soleny e Elizeu, pela importante participação de ambos. Tendo em vista a exiguidade de tempo, o conselheiro José Fernando sugeriu e foi aprovado, que a avaliação da Assembléia Ampliada e Extraordinária (Tocantins) seja transferida para a próxima plenária. ITEM V - Informes 1 - Convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para participação do curso de Diretrizes e Gestão de Políticas Públicas. A Secretaria Executiva ficou incumbida de entrar em contato com o BIRD para levantar o número de vagas; 2- A conselheira Olga Câmara, informou sobre a inauguração da Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente do DF, bem como solicitou sugestões para o Regimento Interno da Autoridade Central de Adoção e do Conselho que será composto de vinte e sete estados; 3) O Vice-Presidente, informou sobre a correspondência recebida do CEDCA - AL, solicitando apoio à Juíza que denunciou a Prostituição Infantil em Porto Calvo - AL. Foi deliberado, que será definido na próxima plenária, audiência pública naquele Estado e que os denunciantes de Alagoas e Maranhão serão convidados especiais na III Conferência Nacional. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice - Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Vice-Presidente do CONANDA